

RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.480 - MG (2019/0016924-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
RECORRIDO : **THIAGO GONCALVES CRISTIANO (PRESO)**
ADVOGADO : **GUSTAVO DE OLIVEIRA - MG126782**
RECORRIDO : **JORGE ANTONIO EVANDRO MODESTO (PRESO)**
ADVOGADO : **MARCO AURELIO SILVEIRA TAUIL - MG156841**
RECORRIDO : **JULIO CESAR VILELA (PRESO)**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
AGRAVANTE : **THIAGO GONCALVES CRISTIANO (PRESO)**
ADVOGADO : **GUSTAVO DE OLIVEIRA - MG126782**
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por THIAGO GONÇALVES CRISTIANO contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Extrai-se dos autos que o ora agravante foi pelo Juízo de primeiro grau condenado à pena privativa de liberdade de 30 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e à pena pecuniária de 290 dias-multa, no mínimo legal, como incurso nos crimes previstos no art. 157, § 3º, segunda parte, do Código Penal e no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990 (e-STJ fls. 813/824).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, ao qual o Tribunal de origem deu parcial provimento para absolver o ora agravante da imputação pela prática do crime previsto no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990 e para redimensionar a reprimenda para 28 anos de reclusão, em regime inicial fechado. Eis a ementa do acórdão (e-STJ fl. 1.137):

*APELAÇÃO - LATROCÍNIO - ABSOLVIÇÃO OU
DECLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO DE ROUBO OU FURTO -
AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS - SUFICIÊNCIA
PROBATÓRIA E DELAÇÃO DO CORREU EM CONSONÂNCIA
COM DEMAIS ELEMENTOS DE PROVA - CONDENAÇÕES
MANTIDAS - RECONHECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO MENOR
IMPORTÂNCIA - CORRUPÇÃO DE MENOR - AUSÊNCIA DE
CERTIDÃO DE NASCIMENTO ACOSTADA AOS AUTOS -
PENA-BASE - REDUÇÃO - RECONHECIMENTO DA
MENORIDADE RELATIVA - DELAÇÃO PREMIADA -
MAJORAÇÃO DO QUANTUM DE REDUÇÃO. No crime de
latrocínio, tendo em vista a clandestinidade da ação, a prova direta*

raramente é alcançada, sendo determinantes os indícios e circunstâncias decorrentes da ação desenvolvida, para se chegar à certeza da condenação. A delação do corréu que, sem negar sua responsabilidade, incrimina também o outro acusado, merece credibilidade, se em harmonia com outros elementos de prova. Não há participação de menor importância quando o que ocorreu, na realidade, foi uma divisão de tarefas entre os coautores. Não comprovada a menoridade do adolescente coadjuvante por documento público idôneo, impossível a condenação pelo crime de corrupção de menores previsto no art. 244-B do ECA. A pena-base deve ser fixada próxima ao mínimo legal quando a maioria das circunstâncias judiciais for favorável ao acusado. Se ao tempo do delito o agente contava com menos de 21 (vinte e um) anos de idade, há que lhe ser reconhecida a atenuante da menoridade relativa. Deve ser mantida a redução da pena no patamar de 1/3 (um terço) em razão da delação premiada (art. 14 da Lei 9.807/99) reconhecida pelo Magistrado a quo.

W CORRUPÇÃO DE MENOR - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE. Existindo nos autos documento hábil, dotado de fé pública, capaz de comprovar a menoridade do adolescente, não há que se falar em ausência de prova da menoridade.

Daí o recurso especial, no qual o ora recorrente afirma, em síntese, que o Tribunal de origem, no acórdão proferido, contrariou o disposto no art. 29, § 2º, do Código Penal e no art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

Afirma, em síntese, que inexistente lastro probatório hábil à prolação de decisão condenatória. Subsidiariamente, afirma que imperativa se faz a aplicação da causa de diminuição de pena decorrente de "participação de menor importância" porquanto preenchidos todos os requisitos legalmente previstos (e-STJ fls. 1202/1213).

Contrarrazões às e-STJ fls. 1.319/1.322.

Inadmitido na origem, os autos foram remetidos a este Tribunal Superior por força de agravo.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 1.389/1.391).

É o relatório.

Preenchidos os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade do agravo, dele conheço.

Analisando os argumentos constantes do recurso especial aviado e contrapondo-os com os fundamentos utilizados pelo Tribunal de origem, tenho que o recurso especial não ultrapassa sequer seu juízo de admissibilidade. Isso porque incide, *in casu*, o enunciado de n. 7 da súmula de jurisprudência deste Tribunal Superior.

Trago, a propósito, trecho do acórdão combatido que faz alusão à questão que nos é posta a julgamento (e-STJ fls. 1.144 e 1.154)

O crime de latrocínio está tipificado no artigo 157, §3º, in fine, do Código Penal Trata-se de roubo, qualificado pela consequência morte da vítima, sendo, portanto, um crime complexo, pois se forma da fusão de dois crimes - homicídio e roubo -, constituindo uma unidade distinta dos crimes que o compõem. Há um crime contra a vida e outro contra o patrimônio.

A materialidade delitiva está devidamente comprovada pelos boletins de ocorrência (fls. 05/12 e 58/61), auto de apreensão (fls. 13,14, 62, 146, 222 e 310), Exame de Corpo Delito (fls. 48/57) e laudos periciais (fls. 67/81, 186/205, 266).

No que tange á autoria, embora não haja testemunhas presenciais do fato, a prova indireta, consistente em um robusto, coerente e contundente conjunto probatório, leva a inevitável conclusão de que Thiago, Júlio e Jorge, em conluio com o menor Rodrigo, foram os autores do crime de roubo seguido de morte.

Cumprе ressaltar, que ao contrário do que entende as Defesas, no crime de latrocínio, tendo em vista a clandestinidade da ação, a prova direta raramente é alcançada, sendo determinantes os indícios e circunstâncias decorrentes da ação desenvolvida, para se chegar à certeza da condenação, sendo de suma importância as diligências empreendidas pelos policiais militares.

- Participação de menor importância

Também não merece prosperar a tese de participação de menor importância do réu Thiago. nos termos do art. 29, § 2º. do CP, uma vez que há provas concretas da autoria do mesmo.

Conforme se viu do conjunto probatório carreado aos autos, Thiago foi um dos mandantes e planejadores do crime, não merecendo guarida a tese defensiva de que ele era mero partícipe do crime e não realizou uma das ações previstas no tipo.

Não há dúvidas de que houve uma nítida divisão de tarefas, caracterizadora de indiscutível autoria pela Teoria do Domínio Final do Fato, surgida no finalismo de Welzel e depois aprofundada por Claus Roxin.

Dessa forma, não há que se falar em participação de menor importância. (Grifei)

Desse modo, contrariar a conclusão a que chegou o Tribunal de origem, de modo a afirmar que inexistem provas da autoria delitiva ou que era inexistente a divisão de tarefas, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório, o que é obstado pelo enunciado de n. 7 da súmula de jurisprudência deste Tribunal Superior.

A propósito, precedentes da Sexta Turma deste Tribunal Superior:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LATROCÍNIO (ART. 157, § 3º, DO CP). AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. DOSIMETRIA. PLEITO DE FIXAÇÃO DA PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Rever o entendimento da instância de origem, no sentido de que a autoria e a materialidade do crime de latrocínio foram devidamente comprovadas, implicaria necessário reexame de provas, o que não se admite na via do recurso especial, tendo em vista o óbice da Súmula 7 desta Corte.

2. Quanto ao pleito subsidiário de fixação da pena-base em seu mínimo legal, verifica-se que a sanção já foi imposta em tal patamar, carecendo o agravante, portanto, de interesse recursal.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 1148564/CE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 01/12/2017, grifei)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. IMPORTAÇÃO DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS. PRORROGAÇÕES SUCESSIVAS. POSSIBILIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. CORRELAÇÃO ENTRE DENÚNCIA E SENTENÇA. PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ.

1. De acordo com a jurisprudência há muito consolidada deste Tribunal Superior, as autorizações subsequentes de interceptações telefônicas, uma vez evidenciada a necessidade das medidas e a devida motivação, podem ultrapassar o prazo previsto em lei, considerado o tempo necessário e razoável para o fim da persecução penal.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

2. A negativa de prestação jurisprudencial se configura apenas quando o Tribunal deixa de se manifestar sobre ponto suscitado e que seria indubitavelmente necessário ao deslinde do litígio e não quando decide em sentido contrário ao interesse da parte.

3. Não há falar em julgamento extra petita ou em violação do princípio da correlação na hipótese, em que foi devidamente narrada na denúncia a conduta dolosa descrita nos tipos dos artigos 18 c/c 19 da Lei n. 10.826/2003, consistente na importação e transporte, na forma dolosa, de armas e munições de uso restrito.

4. A análise acerca do reconhecimento da participação de menor importância demandaria novo exame das provas e fatos deste feito, o que não se admite no julgamento do recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1620209/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 16/03/2017, grifei)

Ante o exposto, **conheço do agravo e não conheço do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator